

## 5. Conclusão

O primeiro impulso para o desenvolvimento desta pesquisa, antes mesmo que qualquer idéia fosse amadurecida, era de se fazer uma crítica às leituras da política externa dos Estados Unidos que se utilizavam da distinção entre realismo e idealismo para classificá-la. Essa motivação, anterior ao desenvolvimento desta dissertação, era proveniente da impossibilidade de se separar poder e moral na prática política – já bem explicitada no decorrer dos capítulos anteriores – e da percepção de que a política externa do país ao longo de sua história foi composta de ambos os elementos.

Todavia, essa motivação inicial sofreu alterações com o decorrer da pesquisa. Ao abordar diretamente as fontes e as origens dessa distinção nos autores da década de 50, percebeu-se que duas abordagens diferentes podiam ser identificadas. A primeira era a abordagem contemporânea, da qual esta pesquisa retirou sua motivação: poder e moral, realismo e idealismo, eram tratados como elementos distintos e opostos. É essa a perspectiva descrita e analisada no capítulo 4, e é a essa perspectiva que se dirigem as principais características deste trabalho.

A segunda abordagem, anterior em termos históricos, é a da constituição dessas idéias de realismo e idealismo no período entreguerras e início da década de 50. Antes dessa época, as reflexões sobre política externa dos Estados Unidos nunca tinham se utilizado de tais categorias. A princípio como um meio de crítica às políticas do presidente Wilson, o conceito de idealismo começou a ser utilizado com um caráter pejorativo. No decorrer desse debate, autores tentaram inserir na tradição de pensamento político dos Estados Unidos elementos que eram externos a ela – existia uma percepção de que essa tradição não estaria apta a lidar com o papel internacional que o país deveria desempenhar. O conceito de realismo foi utilizado para sintetizar esses elementos externos; em boa parte, realismo e idealismo também derivavam do debate sobre perspectivas teóricas na disciplina de Relações Internacionais. Tais autores, no entanto, estavam cientes do papel das idéias na prática política; os conceitos de realismo e idealismo foram utilizados

como instrumentos para um diálogo com a tradição política do país, a fim de que ela incorporasse outros elementos. Esse é o movimento descrito no capítulo 3 desta dissertação.

Diferenciadas essas duas abordagens das leituras da política externa dos Estados Unidos que se utilizam da distinção entre realismo e idealismo, fica claro que a crítica inicial desta dissertação seria às reflexões da década de 90, e não de sua utilização inicial. Por esse motivo, a argumentação aqui desenvolvida evoluiu muito desde sua formulação inicial, expressa, por exemplo, no fato da palavra diálogo aparecer no subtítulo desta dissertação, e não a palavra crítica. Ao tratar desses dois momentos de reflexão sobre a política externa, de sua origem e de sua reprodução, existe uma sensível diferença entre eles.

Porém, mesmo que as reflexões do início dos anos 50 não tenham efetuado essa separação entre poder e moral como foi feito posteriormente, ainda resta um aspecto da política externa dos Estados Unidos não bem articulado – ou ao menos não bem explicitado – por elas. Poder e moral, ou interesses e valores, sempre estiveram presentes na política externa do país ao longo de sua história. Indissociáveis, esses elementos apresentam uma tensão constante entre si. A manifestação deles na política externa do país sempre se deu através da projeção de seus interesses e valores particulares como universais. O historiador John Gaddis nota um fato interessante a esse respeito.

*“The United States was, of course, hardly the only nation in the world to link immediate with ultimate interests. All nations do that to some extent, and in this they are not much different from most individuals. But the efforts Americans made to construct such linkages, and the persistence with which they adhered to them, did go beyond what most other nations have done. What went even farther – and surely most constitute a distinctive characteristic in the conduct of international affairs – was the extent to which Americans in the twentieth century actually believed in these linkages.”*<sup>196</sup>

Projetar seus interesses e valores particulares como universais, como argumenta Gaddis, é um fato relativamente normal da conduta das nações, e principalmente de grandes potências em sua atuação sobre o sistema internacional. A característica peculiar aos Estados Unidos se encontra no fato de sua sociedade e seu meio político realmente acreditam que seus interesses e valores particulares são universais. Essa relação entre particular e universal, entre relativo e absoluto,

---

<sup>196</sup> GADDIS, 1992, p. 11.

entre poder e moral, é mediada nos Estados Unidos pelas singularidades de sua tradição política. Mesmo que cientes desse fato, tanto os autores do pós-Segunda Guerra quanto os autores do pós-Guerra Fria não explicitam a influência da tradição política do país e suas características sobre a política externa. Ao fim, é essa tradição política que dá um elemento de continuidade às relações internacionais do país, que concilia valores e interesses de outra maneira contraditórios, e que está acima das supostas divisões entre realismo e idealismo identificadas.

Essa tradição política peculiar aos Estados Unidos é a tradição política liberal. Identificada e desenvolvida por uma série de autores pertencentes ao paradigma da história consensual da década de 50, essa perspectiva argumenta que a principal característica da política no país é a ausência de uma tradição conservadora. Os Estados Unidos estariam inteiramente impregnados por valores liberais, totalmente incorporados ao pensamento e à organização da nação. Nas palavras de Louis Hartz, um de seus principais formuladores, o país vivencia em seu modo de vida uma articulação do liberalismo de Locke sem ao menos saber que Locke está envolvido.

Os elementos centrais da tradição política liberal são dois: um de caráter político e outro de caráter religioso. O elemento político da tradição está expresso na incorporação de uma série de ideais do iluminismo europeu: na liberdade e na igualdade dos indivíduos, na organização democrática da sociedade, na livre organização econômica e na propriedade privada, na garantia dos direitos individuais dos cidadãos, liberdade religiosa e de culto, liberdade de expressão e de imprensa, e liberdade de associação dos indivíduos. Tais idéias e valores remontam à formação da nação e à independência, e tem forte influência de suas origens européias, sobretudo inglesas. O elemento religioso dessa tradição é proveniente das comunidades protestantes que povoaram o país no início da colonização. Delas foi herdada a idéia da singularidade do experimento desenvolvido nos Estados Unidos, da predestinação de seu povo de fundar uma nova sociedade sobre novas bases, éticas e justas. Essa moral cristã e protestante é responsável pela forte ênfase em valores éticos e morais, e inseriu na tradição política um forte elemento de predestinação e um caráter missionário.

Inserida nesse contexto liberal, a política externa os Estados Unidos tem forte influência de suas idéias. A principal dessas influências está expressa

exatamente na capacidade do país projetar seus interesses e valores particulares como sendo universais. Para um país que está imerso em uma tradição política única, liberal, não faz sentido algum pensar em termos relativos. Essas características são facilmente constatáveis por meio da análise de documentos como o Discurso de Despedida do presidente Washington, ou a proclamação da Doutrina Monroe pelo presidente homônimo. Essa falta de relativismo, e idéias de organização social, política e econômica, presentes na tradição liberal, podem ser encontradas em seus reflexos na política externa, nas idéias de singularidade, na busca por autonomia, na Doutrina Monroe e no Destino Manifesto. Todo esse desenvolvimento da tradição liberal e de suas influências foi trabalhado no capítulo 2 desta dissertação.

O argumento que foi expresso nesta dissertação foi uma tentativa de demonstrar uma ausência nas reflexões de política externa que se utilizam das categorias realismo e idealismo, e, ao mesmo tempo, demonstrar a influência da tradição política liberal na política externa dos Estados Unidos. Na argumentação aqui defendida, essa presença liberal é um fator mais relevante do que as supostas classificações entre realismo e idealismo, e efetua um papel constante na política externa do país conciliando valores e interesses que seriam de outra maneira contraditórios. Se existe um elemento de continuidade da política externa dos Estados Unidos ao longo de sua história – e o argumento aqui é de que existe –, esse elemento é o fato dela ser pensada sempre em termos liberais.

Duas hipóteses podem ser levantadas quanto ao porque das reflexões sobre política externa não articularem bem a influência da tradição liberal. A primeira delas seria que, ao menos na década de 50, os debates sobre política externa evoluíam ao mesmo tempo em que os adeptos da história consensual desenvolviam o conceito de tradição liberal nos Estados Unidos. Uma segunda idéia, talvez até de maior poder explicativo, seria que em um ambiente político eminentemente liberal como o descrito aqui, apontar as características liberais da política externa do país poderia ser redundante e fazer pouco sentido. Tais apontamentos, no entanto, estão fora do escopo deste trabalho.

## 5.1.

### Realismo e idealismo em perspectiva

Como foi dito aqui anteriormente, e como seria de se esperar pela diversidade do tema, as reflexões que utilizam as categorias realismo e idealismo não são as únicas a tratar da política externa dos Estados Unidos. Esta dissertação se dirigiu à análise de um tipo específico de leituras, motivada por sua grande abrangência e influência nos debates de relações internacionais. Esse tipo de interpretação não é único e está imerso em um universo maior de análises da política externa do país. A argumentação aqui apresentada, todavia, pode servir de referência para outros tipos de leituras da política externa do país.

Como exemplos de outras leituras da política externa dos Estados Unidos, serão apresentados aqui dois trabalhos de historiadores que se dedicam ao tema. Todos eles foram utilizados como fontes secundárias desta dissertação, e o objetivo desse breve comentário abaixo é demonstrar como a idéia da influência da tradição política liberal também pode ser aplicada a essas perspectivas.

O primeiro dos autores citados é Walter McDougall. Em um livro de 1998, o autor expõe quais seriam, em sua concepção, as oito tradições da política externa dos Estados Unidos.<sup>197</sup> Essas oito tradições são divididas por ele no que chama de velho testamento e novo testamento da política externa. O velho testamento é composto de idéias e práticas que datam do primeiro século de existência da nação, estão em muito relacionadas com sua formação e seu processo de independência, e têm sua abrangência assimilada mais profundamente pelo país. Compõem esse velho testamento as tradições que McDougall chama de: (1) liberdade ou excepcionalismo, (2) unilateralismo ou isolacionismo, (3) sistema americano ou Doutrina Monroe, e (4) expansionismo ou Destino Manifesto.<sup>198</sup>

O novo testamento seria composto de idéias e práticas mais recentes na política externa do país. Em boa medida, essas novas tradições são interpretações do velho testamento aplicadas a realidades diferentes; são projeções das primeiras tradições adaptadas a novas experiências. McDougall identifica então as quatro

---

<sup>197</sup> McDOUGALL, Walter A. *Promise Land, Crusader State: The American Encounter with the World since 1776*. Boston: Mariner Books, 1998.

<sup>198</sup> Vide McDOUGALL, 1998, capítulos 1-4, respectivamente.

tradições do novo testamento: (1) imperialismo progressivo, (2) wilsonianismo, (3) contenção, e (4) melhorismo global.<sup>199</sup>

Sem entrar nas especificidades de cada categoria de McDougall, e apesar de sua divisão ser talvez multifacetada demais, permitindo a classificação de duas ou mais de suas tradições como uma só – como seria o caso do expansionismo e do imperialismo progressivo, ou do wilsonianismo e do melhorismo global –, a característica que está presente em todas as tradições enunciadas pelo autor é uma certa idéia de evolução. Nenhuma dessas tradições é apresentada como contrária à outra, como oposição ou ao menos uma alternativa. Todas elas compartilham de premissas básicas e vão evoluindo, se adaptando às características das épocas em que surgem e atuam, mas sempre se complementando.

O desenvolvimento dessas tradições por McDougall é sempre evolutivo, e, no limite, todas elas estão referenciadas às tradições de seu velho testamento, e dentre elas a primeira tradição da liberdade ou excepcionalismo. O autor não se refere a um elemento específico que permite essa evolução das suas tradições de política externa, ou que condiciona e pauta tal desenvolvimento. Todavia, fica claro o caráter liberal dessas tradições. Ao referenciá-las sempre ao seu velho testamento, McDougall as remete à independência do país e à formação da República. Como visto no capítulo 2 desta dissertação, é nesse período que se encontram as raízes do pensamento liberal dos Estados Unidos. Ainda, as diversas tradições de política externa de McDougall poderiam ter tido um desenvolvimento muito adverso e contraditório. A maneira como são compatíveis imperialismo progressivo e wilsonianismo, ou wilsonianismo e contenção, por exemplo, são exemplos de uma tradição de pensamento político que consegue articular idéias diferentes em um mesmo conceitual. Apesar de não explicitada por McDougall, essa tradição é a tradição política liberal dos Estados Unidos.

O segundo autor abordado aqui é o historiador Walter Russel Mead.<sup>200</sup> Em um livro recente, Mead tenta responder o porquê da política externa dos Estados Unidos ser tida em tão baixa estima, apesar dos grandes sucessos alcançados não só na segunda metade do século XX, mas desde sua independência. As respostas do autor vão em dois sentidos: o primeiro é argumentar que os conceitos do que

<sup>199</sup> Vide McDOUGALL, 1998, capítulos 5-8, respectivamente.

<sup>200</sup> MEAD, Walter Russel. *Special Providence: American Foreign Policy and How it Changed the World*. New York: Routledge, 2002.

ele chama de realismo continental não podem ser aplicados diretamente para julgar a política externa dos Estados Unidos. Diversos seriam os motivos para tanto: o papel preponderante da economia nas relações internacionais do país, o caráter democrático de sua sociedade, e outros.<sup>201</sup>

A segunda linha de argumentação do autor é de que não existe apenas uma ou duas – realista e idealista – tradições na política externa dos Estados Unidos. Mead identifica quatro tipos diferentes de influências na política externa do país: os hamiltonianos, os wilsonianos, os jeffersonianos e os jacksonianos.<sup>202</sup> Os nomes são mais caricaturais do que relacionados diretamente a essas personagens históricas. Os hamiltonianos teriam como tema central da política externa a expansão de uma ordem econômica que favorecesse o país: livre comércio, liberdade dos mares e um sistema financeiro estável, entre outros. Os wilsonianos se preocupariam mais com a promoção de um sistema internacional justo, a defesa da democracia, dos direitos humanos e da auto-determinação dos povos. Os jeffersonianos, ao contrário, defenderiam a liderança pelo exemplo; seriam mais isolacionistas e pragmáticos quanto ao engajamento internacional, temendo que esse vá corromper as virtudes internas da democracia. Ainda, seriam temerários da maximização do poder federal que o engajamento internacional gera. Por fim, os jacksonianos representariam mais o espírito popular da nação, e em grande parte seus setores belicistas; não seriam necessariamente internacionalistas, mas se houvesse uma intervenção internacional que ela fosse feita da melhor maneira possível: com força e rapidez, baixos custos, e cumprimento dos objetivos.

Essas quatro tradições da política externa dos Estados Unidos, aliadas ao caráter democrático de sua sociedade com alto grau de participação da opinião pública, seriam as principais responsáveis pelas críticas exageradas à política externa do país em diversos períodos. Como são muitos pontos de vista diferentes, por mais bem sucedida que seja uma determinada política, ela sempre estará aberta a ataques por algum flanco.

Todavia, mesmo a análise de Mead sendo relevante e inserindo elementos novos no debate sobre política externa – o autor mesmo se predispõe a ir além da divisão tradicional entre realismo e idealismo –, existe um elemento que não é explicitado em suas categorias. Claramente, todas elas têm um caráter liberal.

---

<sup>201</sup> MEAD, 2002, p. 34-38.

Todas as categorias do autor tratam os valores e interesses dos Estados Unidos como únicos e absolutos. Todas elas estão referenciadas em tradições e figuras do pensamento político do país em suas primeiras décadas de existência. Mead não explicita esse elemento de continuidade e aproximação na classificação de suas tradições, mas, sem dúvida, é ele que permite a interação de todas elas na concepção de políticas externas coerentes e sustentáveis.

Por meio dessa breve discussão com outras perspectivas de análise, fica claro que a idéia da influência da tradição política liberal na política externa dos Estados Unidos não tem sua aplicação restringida a um diálogo com interpretações realistas e idealistas. De fato, essa influência da tradição liberal, como aqui argumentada, perpassa toda a política externa e não está bem explicitada em quase nenhuma análise do gênero. Apenas pela exposição e compreensão de sua influência e atuação é que se poderá ter um entendimento mais claro do papel desempenhado pelos Estados Unidos no sistema internacional e da maneira como esse foi pensado.

## 5.2. Relatividade e oportunidade

Em um artigo originalmente publicado em 1952, no auge do esforço para inserção de elementos realistas na política externa dos Estados Unidos, Morgenthau se utiliza de uma metáfora interessante para demonstrar como a relação entre realismo e idealismo não é de oposição, mas sim da escolha entre determinados tipos de comportamento moral:

*“If an American statesman must choose between the promotion of universal liberty, which is a moral good, at the risk of American security and, hence, of liberty in the United States, and the promotion of American security and of liberty in the United States, which is another moral good, to the detriment of the promotion of universal liberty, which choice ought he to make?”*<sup>203</sup>

Claramente, o autor não apresenta poder e moral em contraposição, mas sim dois tipos diferentes de comportamento, ambos moralmente válidos. A resposta do autor, no entanto, deixa algumas lacunas quando considerada à luz da tradição liberal. *“The utopian will not face the issue squarely and will deceive himself into*

<sup>202</sup> Vide MEAD, 2002, capítulos 4-7, respectivamente.

<sup>203</sup> MORGENTHAU, 2001, p. 300.

*believing that he can achieve both goods at the same time. The realist will choose the national interest on both moral and pragmatic grounds.*”<sup>204</sup> Visto sob a lente liberal, a resposta do autor é aceitável: sim, o estadista tomará uma decisão que priorize o interesse nacional dos Estados Unidos; todavia, seguirá tal ato com a mais sincera convicção de que, ao fazê-lo, também estará contribuindo para a promoção de um bem universal. Esse é o fenômeno operado pela tradição política liberal em sua influência na política externa dos Estados Unidos: traduzir em absolutos os interesses e valores particulares. É essa peculiaridade que ultrapassa as distinções de realismo e idealismo, e que está ausente em quase todas as reflexões discutidas neste trabalho. Essa é a moldura do quadro que condiciona e limita as definições da política externa dos Estados Unidos.

Escrevendo sobre a tradição política liberal nos anos 50, Louis Hartz demonstrou plena consciência da posição de seu país no sistema internacional e dos desafios que emergiam no início da Guerra Fria. Todavia, além das questões políticas de ordem prática, Hartz tinha uma leitura da Guerra Fria como uma experiência sem igual na história do desenvolvimento político e social da nação. Nas palavras do próprio autor, a experiência histórica dos Estados Unidos, aquilo que culminaria em sua tradição liberal, os colocava em uma relação estranha com o resto do mundo. O problema central dessa relação era a dificuldade do país em reconhecer e articular valores alheios, externos a sua tradição de pensamento político. Como Hartz questiona: *“Can a people that is born equal ever understand peoples that have become so? Can it ever lead them? Or to turn the issue around, can peoples struggling for a goal understand those who have inherited it?”*<sup>205</sup>

Ao mesmo tempo em que era a nação que deveria liderar o bloco ocidental frente ao comunismo, os Estados Unidos possuíam uma tradição de pensamento político que simplesmente ignorava valores alheios. Para Hartz, em certo sentido, além de um problema e um desafio, essa condição representava uma oportunidade. Ao exercer sua liderança internacional e engajar-se com uma série de outros valores e interesses, o país teria a chance de adquirir um pouco de relatividade em uma tradição de pensamento que articula valores absolutos.

Tendo em vista o desenvolvimento da Guerra Fria e o período posterior a seu término, uma hipótese sustentável é de que tal chance não se realizou. No pós-

---

<sup>204</sup> MORGENTHAU, 2001, p. 300.

Guerra Fria, um novo relacionamento dos Estados Unidos com o sistema internacional se delineou. A liderança agora é exercida mundialmente e de forma quase incontestada. Em contrapartida, a quantidade e a diversidade de outros com que o país tem de se relacionar aumentou de maneira formidável. Se uma chance de relativização se anunciava ao fim da Segunda Guerra Mundial, outra pode ser vislumbrada no fim da Guerra Fria. A luz dos acontecimentos do início do século XXI, entender o relacionamento dos Estados Unidos com países de tradições e valores diversos se tornou ainda mais importante. Compreender a influência da tradição política liberal na política externa dos Estados Unidos é, para além de realismo e idealismo, um fator esclarecedor do relacionamento do país com o sistema internacional.

---

<sup>205</sup> HARTZ, 1955, p. 66.